



**M. J. - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS**

ROL DE RESPONSÁVEIS

| | |
|---|--|
| RESPONSÁVEL - TITULAR | AMARO VIEIRA FERREIRA |
| CPF | 015488928-82 |
| NATUREZA DA RESPONSABILIDADE | DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS-1013 – DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE JURISDICIONADA |
| PERÍODO DE GESTÃO | 19/OUT/2009 ATÉ A PRESENTE DATA |
| ATOS FORMAIS DE NOMEAÇÃO | PORTARIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MJ Nº 1192 de 27/AGO/2009. PUBLICADA NO DOU nº 165 de 28/ago/2009 |
| ENDEREÇOS (INSTITUCIONAL E PARTICULAR) | Av. Walter Ananias, S/N, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57022-075 – Rua Hélio Pradines, 225, Edf. Carumã, Ponta Verde, Maceió/AL – CEP 57035-220 |
| ENDEREÇO CORREIO ELETRÔNICO | amaro.avf@dpf.gov.br amaro.avf@hotmail.com |

| | |
|---|---|
| RESPONSÁVEL – SUBSTITUTO | JOÃO BATISTA ESTANISLAU |
| CPF | 89134125787 |
| NATUREZA DA RESPONSABILIDADE | DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS-1011 – OCUPANTE DE CARGO DE DIREÇÃO NO NÍVEL DE HIERARQUIA IMEDIATAMENTE INFERIOR E SUCESSIVO AO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE JURISDICIONADA |
| PERÍODO DE GESTÃO | 16/NOV/2009 ATÉ A PRESENTE DATA |
| ATOS FORMAIS DE NOMEAÇÃO | PORTARIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MJ Nº 1405 de 21/OUT/2009. PUBLICADA NO DOU nº 202 de 22/nov/2009 |
| ENDEREÇOS (INSTITUCIONAL E PARTICULAR) | Av. Walter Ananias, S/N, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57022-075 / Rua Professor Sandoval Arroxelas, 153, aptº 201, Ponta Verde, Maceió/AL – CEP 57035-230 |
| ENDEREÇO CORREIO ELETRÔNICO | joão.jbe@dpf.gov.br jgrg@uol.com.br |



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**MACEIÓ/AL
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**MACEIÓ/AL
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão
IN – Instruo Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
Port. – Portaria
UJ – Unidade Jurisdicionada
SR/DPF/AL - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas
IPL – Inquérito Policial
MPF – Ministério Público Federal
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IMA – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas
COGER/DPF – Corregedoria Geral da Polícia Federal

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

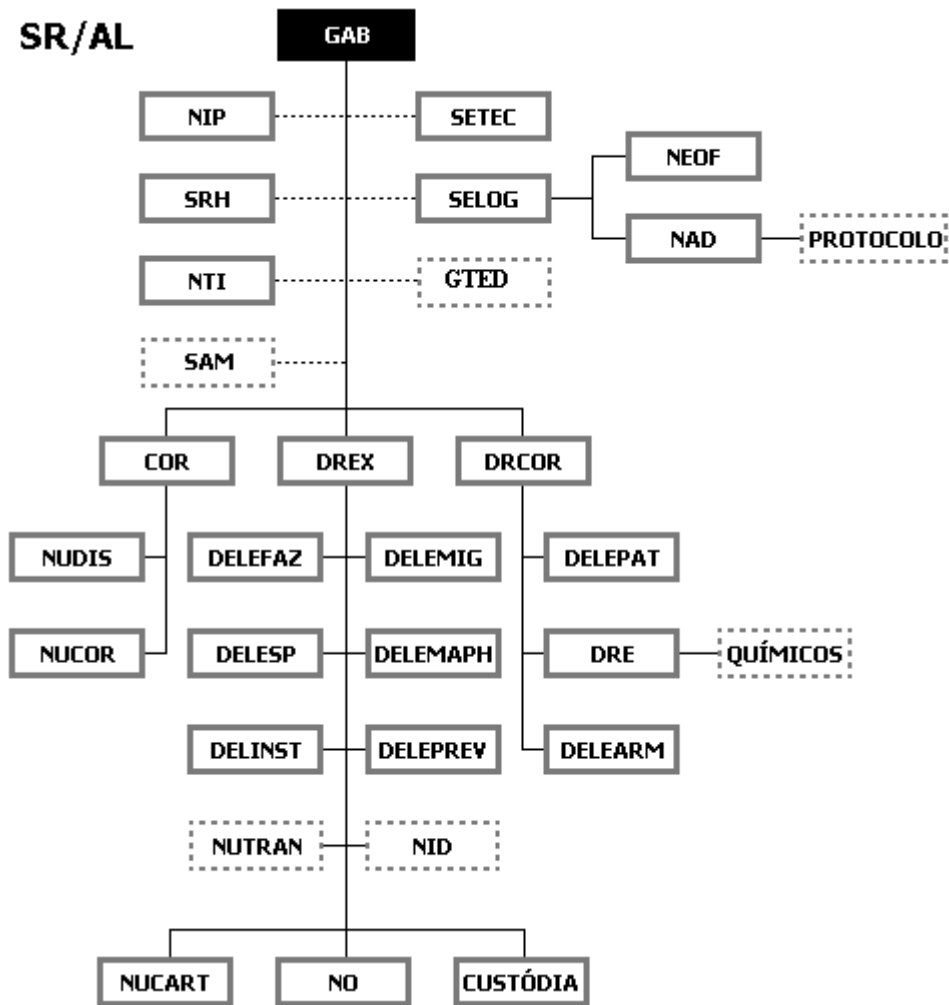
| | |
|---|----|
| I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010..... | 38 |
| II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010..... | 39 |
| III - Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010..... | 40 |
| IV - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010 | 40 |
| V- Informações referente ao item 1 anexo II da DN TCU nº 110/2010 | 40 |
| VI - Informações referente ao item 7 anexo II da DN TCU nº 110/2010 | 40 |
| VII - Informações referente ao item 8 anexo II da DN TCU nº 110/2010 | 40 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| ORGANOGRAMA FUNCIONAL..... | 6 |
| INTRODUÇÃO | 7 |
| A- CONTEÚDO GERAL | 9 |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..... | 9 |
| QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.... | 9 |
| 2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 10 |
| 2.1) Responsabilidades institucionais | 10 |
| 2.1.1) Competência institucional..... | 10 |
| 2.1.2) Objetivos estratégicos | 11 |
| 2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais..... | 11 |
| 2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida | 11 |
| 2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão | 12 |
| 2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade | 12 |
| 2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ..... | 12 |
| Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750 | 12 |
| Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662 | 13 |
| Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353 | 19 |
| Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453 | 20 |
| Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087 | 21 |
| 2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ | 21 |
| Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ | 21 |
| 2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro | 22 |
| 2.4.1) Programação orçamentária da despesa..... | 22 |
| Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias | 22 |
| 2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes | 22 |
| 2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital | 22 |
| 2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas..... | 22 |
| 2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa..... | 23 |
| 2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa | 24 |
| 2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ | 24 |
| 2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação..... | 24 |
| 2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação | 24 |
| 2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação | 24 |
| 2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação | 25 |
| 2.4.3) Indicadores Institucionais..... | 26 |

| | |
|--|----|
| 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS..... | 26 |
| 3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos | 26 |
| 4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 26 |
| 4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores | 26 |
| Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores | 26 |
| 4.2) Análise Crítica | 26 |
| 5. RECURSOS HUMANOS..... | 27 |
| 5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos | 27 |
| Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010 | 27 |
| Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010..... | 28 |
| 5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas | 28 |
| Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010 | 28 |
| Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010..... | 29 |
| 5.3) Composição do Quadro de Estagiários | 29 |
| Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários | 29 |
| 5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos | 29 |
| Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. | 29 |
| 5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra..... | 30 |
| Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva | 30 |
| 6. TRANSFERÊNCIAS..... | 33 |
| 6.1) Transferências efetuadas no exercício | 33 |
| 6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo | 33 |
| 7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO | 33 |
| 7.1) Estrutura de controles internos da UJ | 33 |
| Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ | 33 |
| 8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... | 34 |
| 8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis | 34 |
| Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis | 34 |
| 9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO..... | 36 |
| 9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial | 36 |
| Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União | 36 |
| Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ | 36 |
| 9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade..... | 36 |
| 10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 37 |
| 10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI) | 37 |
| Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ | 37 |
| 12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO | 37 |
| 12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício | 37 |
| ANEXOS..... | 38 |

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Conforme se observa no organograma acima a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas, sediada na capital do Estado, é composta por 03 (três) Setores : Setor de Recursos Humanos - SRH, Setor Técnico-Científico - SETEC e Setor de Administração e Logística Policial – SELOG; 10 (dez) Núcleos : Núcleo de Inteligência Policial - NIP, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF, Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, Núcleo de Administração - NAD, Núcleo de Disciplina - NUDIS, Núcleo de Correções - NUCOR, Núcleo de Transporte - NUTRAN, Núcleo de Identificação - NID, Núcleo Cartorário - NUCART, Núcleo de Operações – NO; 09 (nove) delegacias especializadas: Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP, Delegacia de Defesa Institucional - DELINST, Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT, Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM. As 06 (seis) primeiras são subordinadas a Delegacia Regional Executiva - DREX e as três últimas subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR; além da Corregedoria e do Gabinete.

A Superintendência Regional em Alagoas desenvolve ações que fazem parte das políticas de segurança pública. Sua função precípua é de polícia judiciária da União, elucidando crimes que são processados e julgados na Justiça Federal.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010. A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, os itens 1 e 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional em Alagoas, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

Principais realizações da gestão

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas, no ano de 2010, teve uma atuação mais efetiva no combate aos crimes eleitorais, vez que manteve uma força-tarefa formada por policiais federais e policiais militares lotados em Alagoas, além de equipes de policiais federais de outros Estados da Federação que se revezaram no período de junho a novembro, com o objetivo de dar cumprimento às diligências necessárias aos inquéritos instaurados por prática de crimes relacionados às Eleições que ocorreram em outubro de 2010. Mais especificamente, como parte da Operação Eleições 2010, houve intensificação das ações durante os períodos de votações do 1º e 2º turno, oportunidades em que a Polícia Federal coordenou algo em torno de 9 mil policiais das forças de segurança pública, tanto do próprio DPF, como do DPRF, Força Nacional, Polícias Civil e Militar do Estado de Alagoas. Durante os turnos de votação, foram cobertos todos os 102(cento e dois) municípios do Estado, com distribuição do efetivo em 14 pólos.

Como resultado da operação, a Delegacia responsável pela repressão e prevenção a crimes eleitorais – DELINST – cumpriu 44 (quarenta e quatro) mandados de busca e apreensão, indiciou 154 indivíduos e realizou inéditas 17 (dezessete) prisões em flagrante no 1º turno e 2 (duas) no 2º turno.

Ações da Corregedoria buscaram maior eficiência da atividade de polícia judiciária pela imposição de metas para que o número de IPLs relatados fosse maior do que o de inquéritos instaurados. Nesse sentido, no ano de 2010, foram instaurados 815 (oitocentos e quinze) inquéritos policiais e relatados 916 (novecentos e dezesseis). O ano terminou com 1080(mil e oitenta) inquéritos em andamento. Foram instauradas, ainda, 140 (cento e quarenta) cartas precatórias e 184 (cento e oitenta e quatro) foram cumpridas. Os dois depósitos de bens apreendidos foram totalmente organizados com vinculação dos materiais aos procedimentos apuratórios e judiciais.

Outro fato digno de registro foi a diminuição do número de presos mantidos sobre a guarda temporária da Polícia Federal de Alagoas nas instalações de sua Sede. Foram realizadas gestões

junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público na tentativa de acelerar o encaminhamento dos presos aos locais adequados do sistema prisional alagoano.

Em relação aos crimes contra o meio ambiente a atuação foi predominantemente preventiva, em ações conjuntas com o MPF, o IBAMA e o IMA, o que acarretou diminuição das instaurações de inquéritos que apuram crimes ambientais.

O desencadeamento da Operação Caetés tratou do desvio de verbas públicas por parte de administradores de municípios alagoanos e empresários que, em organização criminosa, fraudavam licitações de fornecimento de merenda escolar para estudantes do nível fundamental. Foram realizadas 8 (oito) prisões temporárias e posterior indiciamento dos responsáveis pela fraude.

Ressalte-se que, não obstante a carência de efetivo dessa UJ, foram cedidos 33 (trinta e três) policiais federais para participação em operações permanentes do Departamento de Polícia Federal, que tem por característica o longo prazo de duração e o interesse nacional, dentre as quais se destacam a Operação Arco de Fogo (desmatamento e comércio ilegal de madeira), PEBRA (tráfico internacional de drogas), Sentinela (tráfico de drogas e armas), Roosevelt (garimpo e comércio de diamantes), Portal (extração ilegal e transporte de madeira), etc.

Na esfera administrativa, a Superintendência de Polícia Federal em Alagoas em 2010, visando o aprimoramento constante de seus níveis de gestão e a maximização da eficiência no desenvolvimento de suas atividades, aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), realizando sua auto-avaliação conforme protocolo 250 (duzentos e cinquenta pontos) do Programa.

Uma das primeiras providências adotadas no ano foi a finalização do conserto do sistema de ar condicionado central da unidade, que ficara danificado pelo período de 6 (seis) meses consecutivos, em virtude da alegação da contratada de que houve escassez de matéria-prima, imprescindível à realização do conserto, no mercado nacional. Tal fato tornou o ambiente de trabalho insalubre, conforme Laudo da Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Alagoas, tudo acostado aos Autos do procedimento licitatório.

Não obstante a escassez de servidores administrativos e policiais para trabalharem na área de licitações e contratos, a manutenção mínima da Unidade foi possível por que a SR/AL recrutou, em 2010, 7 (sete) servidores de outras Descentralizadas para apoiarem os trabalhos. O resultado foi positivo tanto pela manutenção das contratações que viabilizam os trabalhos policiais, quanto pela economia de recursos advinda do resultado das licitações, que em sua grande maioria operaram-se por Pregão Eletrônico.

Promoveu-se mediante licitações, a contratação de serviços essenciais ao funcionamento adequado do prédio, tais como os de manutenção predial e do sistema de ar condicionado central, que não existia desde o ano de 2007 para o primeiro caso e que nunca havia sido feito para o segundo (sistema central de ar condicionado). Outra contratação a ser pontuada é a de serviço de recepção que pode proporcionar ao cidadão-cliente demandante dos serviços da Polícia Federal um melhor atendimento quando do comparecimento à Sede da SR/DPF/AL, além de melhor alocação de recursos humanos que realizavam as funções de recepcionistas.

Ocorreu em 2010 a implementação do Registro Eletrônico de Frequência (REF), projeto desenvolvido para o controle de frequência do pessoal, utilizando dados biométricos, com objetivo de melhor gerenciamento dos recursos humanos e controle de eventuais desvios.

O Núcleo de Tecnologia da Informação ampliou a cobertura do Sistema de Telecomunicações de Rádios – INTEGRAPOL – mediante a instalação de equipamentos de radiocomunicação nos municípios de São Miguel dos Campos/AL e Arapiraca/AL (estação repetidora). Esse Núcleo ainda viabilizou o serviço de Voz sobre IP (VOIP), comunicação por telefone utilizando a rede de dados, entre os órgãos do DPF, o que acarretou em economia no gasto com telefonia fixa e móvel.

Várias outras ações administrativas foram adotadas visando à otimização da aplicação dos recursos materiais, das quais podemos destacar a celebração de contrato de gerenciamento de frota com fornecimento de combustível, o qual permite o abastecimento de viaturas do DPF na rede credenciada da empresa contratada em todo território nacional, com a utilização de cartão e senha pessoal. Além de permitir maior mobilidade às equipes policiais que se utilizam de veículos oficiais no cumprimento de missões, o sistema informatizado gera relatórios gerenciais que registram a quilometragem do veículo abastecido, quantidade de combustível, condutor, posto, data, horário, etc, possibilitando, com isso, maior controle da frota.

Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ

Dentre as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos institucionais destaca-se a escassez de recursos humanos e as restrições orçamentárias impostas, principalmente no tocante a diárias, o que trouxe reflexos negativos para unidade na medida em que diligências policiais foram sobrestadas em benefício da realização da Operação Eleições 2010, que exigiu alto volume de diárias para seu desencadeamento.

Planos e projetos para o exercício seguinte

O objetivo principal da Unidade é, para o ano de 2011, a intensificação do combate ao desvio de recursos públicos federais nos municípios de Alagoas, buscando promover ações junto ao Tribunal de Contas da União e do Estado de Alagoas.

Ainda como estratégia para melhoria da prestação dos serviços, será priorizada a capacitação dos servidores públicos lotados na SR/DPF/AL.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|--|----------------------------------|----------------|-------------------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça | | | Código SIORG: 316 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas | | | |
| Denominação abreviada: Polícia Federal em Alagoas | | | |
| Código SIORG: 1150 | Código LOA: não se aplica | | Código SIAFI: 200358 |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | | |
| Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública | | | Código CNAE: 8424-8/00 |
| Telefones/Fax de contato: | (82) 3216-6729 | (82) 3216-6700 | (82) 3216-6788 |
| E-mail: cm.nti.sral@dpf.gov.br | | | |
| Página na Internet: : http://www.dpf.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Av. Walter Ananias, 705, 57025-080, Jaraguá, Maceió/AL. | | | |

| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| <i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i> | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Port. 162, de 12/04/65 – Cria a Sub-Delegacia Regional em Alagoas. - Dec. 70.665, de 02/06/72 – Transforma a Sub-Delegacia em Divisão. - Port. 039, de 17/03/75 – Eleva a Divisão para Superintendência Regional em Alagoas. | |
| FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997. | |
| <i>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i> | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005. | |
| <i>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</i> | |
| | |
| <i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i> | |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | |
| Código SIAFI | Nome |
| 200359 | Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - AL |

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Alagoas exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir,

supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

2.1.2) Objetivos estratégicos

A Superintendência de Alagoas está alinhada com os objetivos estratégicos traçados pela direção geral do Departamento de Polícia Federal, que em 3 de novembro de 2010 inaugurou a Portaria nº 1735/2010-DG/DPF e nela aprovou o Plano Estratégico 2010/2022. A Portaria em questão elencou como objetivos institucionais e estratégicos para o período em questão os seguintes pontos:

- 1) Fortalecer a cultura de gestão estratégica;
- 2) Valorizar o servidor;
- 3) Ampliar a credibilidade institucional;
- 4) Reduzir a criminalidade;
- 5) Promover a cidadania;
- 6) Incrementar os Acordos e Parcerias;
- 7) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais;
- 8) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação;
- 9) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo em vista os pontos acima descritos, a Polícia Federal em Alagoas vem implementando, paulatinamente, políticas de gestão estratégica com vistas a prevenir e reprimir ilícitos penais e, conseqüentemente, diminuir o sentimento de impunidade por parte da população.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Procurando implementar as ações decorrentes do Plano Estratégico a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas:

1. Otimizou a instauração e o relato de inquéritos policiais fato que resultou numa pronta resposta às exigências de apuração e repressão criminal.
2. Continuou, dentro de suas possibilidades, a capacitar os servidores administrativos e policiais visando à prestação de serviço público de excelência.
3. Intensificou os contatos interinstitucionais e assim sendo procurou atuar de maneira proficiente na prevenção e repressão dos crimes de sua alçada.
4. Através de uma atuação imparcial e dentro da estrita legalidade a Polícia Federal em Alagoas procurou aumentar sua credibilidade perante a população. Trata-se de uma premissa básica na gestão do DPF em Alagoas: a observância e o respeito à lei por parte de seus servidores não olvidando de que seu produto final tem um só destinatário: a sociedade.
5. Procurou otimizar a prestação de serviços ao público, precipuamente os de passaporte e de registro de arma.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

O plano de ação da Polícia Federal em Alagoas está alinhado com os objetivos definidos para as políticas públicas de segurança, expressos nas ações no Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade do Plano Plurianual. Visa a redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras.

Assim é que a Superintendência em Alagoas no âmbito de suas atribuições finalísticas executa, basicamente, as ações do principal programa de governo em que a está inserida, a saber:

| Código | Descrição da Ação |
|---------------|--|
| 2679 | Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos |
| 2720 | Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública |
| 2726 | Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União |
| 4572 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação |

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1) Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750

| Identificação do Programa de Governo | | | | |
|---|--|----------------|---|----------------------|
| Código no PPA: 0750 | Denominação: Apoio Administrativo | | | |
| Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais | | | | |
| Objetivo Geral: Não informado. | | | | |
| Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos. | | | | |
| Gerente: Não informado | | | Responsável: Amaro Vieira Ferreira | |
| Público Alvo: Governo | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | Em R\$ |
| Dotação | Despesa | Despesa | Restos a Pagar | Valores Pagos |
| | | | | 1,00 |

| <i>Inicial</i> | <i>Final</i> | <i>Empenhada</i> | <i>Liquidada</i> | <i>não processados</i> | | |
|---|-----------------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| - | - | 2.642.675,68 | 2.642.675,68 | 141.372,44 | 2.501.303,24 | |
| <i>Informações sobre os resultados alcançados</i> | | | | | | |
| <i>Ordem</i> | <i>Indicador (Unidade medida)</i> | <i>Referência</i> | | | <i>Índice previsto no exercício</i> | <i>Índice atingido no exercício</i> |
| | | <i>Data</i> | <i>Índice inicial</i> | <i>Índice final</i> | | |
| <i>1</i> | <i>Não há</i> | - | - | - | - | - |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| <p>O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional.</p> <p>Aqui está considerada toda a logística necessária ao desenvolvimento da atividade fim da Polícia Federal de Alagoas. Gastos com combustíveis, manutenção de veículos, transporte aéreo de servidores em missão, diárias administrativas, telefonia móvel, alimentação de custodiados, aquisição de material de expediente, energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa, postagem de documentos, transporte de mobiliário de servidores removidos no interesse da Administração, publicações oficiais, vigilância armada, limpeza e conservação, copeiragem, manutenção predial, manutenção do sistema de refrigeração do prédio, recepcionistas, entre outros.</p> | | | | | | |

Fonte: SIAFI Operacional

2.3.1.2) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações
Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662

| Identificação do Programa de Governo | | | | | | |
|---|---|--|---|---------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Código no PPA: 662 | | Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações | | | | |
| Tipo do Programa: Finalístico. | | | | | | |
| Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça | | | | | | |
| Objetivos Específicos: Intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública. | | | | | | |
| Gerente: Não informado. | | | Responsável: Amaro Vieira Ferreira | | | |
| Público Alvo: Sociedade | | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | Em R\$ 1,00 | |
| <i>Dotação</i> | | <i>Despesa Empenhada</i> | <i>Despesa Liquidada</i> | <i>Restos a Pagar não processados</i> | <i>Valores Pagos</i> | |
| <i>Inicial</i> | <i>Final</i> | | | | | |
| - | - | 1.147.845,39 | 1.147.845,39 | 0,00 | 1.147.845,39 | |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
| <i>Ordem</i> | <i>Indicador (Unidade medida)</i> | <i>Referência</i> | | | <i>Índice previsto no exercício</i> | <i>Índice atingido no exercício</i> |
| | | <i>Data</i> | <i>Índice inicial</i> | <i>Índice final</i> | | |
| <i>1</i> | <i>Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)</i> | <i>31/12/2006</i> | <i>63,60</i> | <i>80,00</i> | <i>75,00</i> | <i>112%</i> |
| <i>2</i> | <i>Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)</i> | <i>01/12/2006</i> | <i>79,00</i> | <i>70,00</i> | <i>72,00</i> | <i>Sem registro</i> |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| 1 - Relação percentual entre o número de inquéritos policiais relatados em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados. | | | | | | |
| 2 - Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal. | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| Cabe esclarecer que os dados de referência dos indicadores consideram o DPF como um todo. Em relação ao indicador "1" o índice inicial desta SR/DPF/AL foi de 93% e o índice previsto para 2010 pela COGER/DPF foi de 110%. Portanto, o resultado de 112% superou a meta traçada devido aos esforços empreendidos pelos servidores envolvidos no processo investigatório. Para o indicador "2" não há dados informados pela Corregedoria. | | | | | | |

⇒ Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas e Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos

Embora não ter havido execução de despesa pela UG nessa ação de governo, o Setor de Químicos da Superintendência em Alagoas desencadeou a Operação “SCPQ-2010” nas cidades de Maceió e Marechal Deodoro/AL, quando foram fiscalizadas 10 (dez) empresas, resultando em 01 (uma) autuação por irregularidade administrativa e consequente apreensão de produtos em razão de licença vencida.

Quanto à emissão e trâmite de documentação, salienta-se que a SR/DPF/AL conta com apenas uma Servidora Administrativa destinada exclusivamente ao Setor de Controle de Produtos Químicos, sendo que todo o trabalho externo, além de parte do serviço interno, é realizado com o emprego de pessoal da área de análise e Operações da DRE/DRCOR/SR/DPF/AL.

Abaixo se elencam, em duas tabelas, os resultados obtidos pela SR/DPF/AL.

| ATIVIDADE | 2009 | 2010 |
|---|-------------|-------------|
| <i>Empresas fiscalizadas</i> | 52 | 10 |
| <i>Certificados de Licença renovados</i> | 74 | 87 |
| <i>Certificados de Licença Emitidos</i> | 51 | 39 |
| <i>Certificado de Registro Cadastral e Alterações de Cadastro</i> | 80 | 62 |
| <i>Notificações</i> | 59 | 01 |
| <i>Termos de Ciência</i> | 10 | 10 |
| <i>Autos de Restituição de Produtos Químicos</i> | 08 | 08 |
| <i>Multas</i> | 06 | 02 |

| PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS | | |
|--------------------------------------|-------------|-------------|
| PRODUTO | 2009 | 2010 |
| <i>Amônia</i> | 880 kg | 80 Kg |

⇒ Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Nessa ação foi executado pela UG o total de R\$ 46.316,63 (quarenta e seis mil trezentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), utilizados em sua totalidade em suprimento de fundos de caráter sigiloso, em ações de inteligência policial. Esta modalidade excepcional de execução da despesa é mais adequada ao tipo de serviço desenvolvido pelos agentes de inteligência, devido a manutenção do sigilo nas aquisições de bens e serviços que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Todo o restante do suporte logístico necessário ao andamento dos trabalhos foi prestado pela própria Unidade Gestora da própria, considerando que esta é responsável pelo apoio orçamentário e financeiro às delegacias subordinadas.

No exercício de 2010 foram iniciadas 37 (trinta e sete) ações de inteligência e contra inteligência com a finalidade de apoiar as operações ordinárias de todas as unidades da Superintendência. A tabela abaixo demonstra sensível crescimento das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência entre os anos de 2009 e 2010:

| ATIVIDADE | | 2009 | 2010 |
|---------------------------|--------------|------|------|
| Operações de Inteligência | Encerradas | 17 | 27 |
| | Em andamento | 16 | 10 |
| Relatório de Inteligência | Expedidos | 13 | 27 |
| | Recebidos | 18 | 10 |
| Pedido de Inteligência | Expedidos | 02 | 07 |
| | Recebidos | 04 | 13 |

⇒ Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Nesta ação é desenvolvida a maior parte das atividades finalísticas da Polícia Federal e, portanto, onde é empregada boa parte dos recursos financeiros da Unidade. Foram empenhados e pagos R\$ 1.090.148,76 (um milhão e noventa mil e cento e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos) durante o exercício.

Os números gerais da Superintendência em Alagoas foram: 397 (trezentos e noventa e sete) indiciamentos em inquéritos policiais; 25 (vinte e cinco) mandados de prisões; 44 (quarenta e quatro) mandados de busca e apreensão; 61 (sessenta e um) pedidos de quebra de sigilo (dados, fiscais, bancários, telefônicos); 31 (trinta e um) prisões em flagrante; 14 (quatorze) armas apreendidas.

Em 2010 foram realizadas operações policiais com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado. O quadro a seguir destaca algumas das principais operações:

| Operação | Resumo |
|---------------|-----------------------------------|
| ELEIÇÕES 2010 | Crimes Eleitorais |
| TAPETE PERSA | Pornografia infantil na internet |
| CAETÉS | Fraude em licitações |
| COMBATE | Assalto a banco |
| CARCARÁ | Assalto a banco |
| HIGHWAY | Roubo de carga |
| PRENSADA | Tráfico de drogas |
| TURAMA | Tráfico de drogas |
| BADIA | Tráfico de drogas |
| SCPQ 2010 | Fiscalização de Produtos Químicos |

O percentual de inquéritos relatados (916) em relação aos instaurados (815) foi um pouco mais de 112%, fato que denota maior celeridade no atendimento às demandas de polícia judiciária e diminuição de estoque de inquéritos em andamento.

| Atos de Polícia Judiciária | 2009 | 2010 |
|----------------------------|-------|-------|
| Inquéritos Instaurados | 765 | 815 |
| Inquéritos Relatados | 710 | 916 |
| Inquéritos em Andamento | 1.198 | 1.080 |

Cabe ressaltar que aproximadamente 40% dos inquéritos instaurados foram decorrentes da Operação Eleições 2010 e referem-se à apuratórios de crimes eleitorais.

O Núcleo Operacional da Superintendência executou, entre outras atividades, as constantes do quadro a seguir:

| REQUISIÇÕES /SOLICITAÇÕES ATENDIDAS | 2009 | 2010 |
|---------------------------------------|------|------|
| Cumprimento de mandados de intimações | 336 | 162 |
| Escortas de presos realizadas | 103 | 83 |
| Mandados de prisão | 50 | 25 |
| Segurança de Parlamentares | - | 03 |

Na repressão ao tráfico de entorpecentes, as principais substâncias apreendidas em 2010, conforme se observa na tabela abaixo foram cocaína, crack, pasta base, ecstasy e maconha, com destaque para as apreensões de maconha.

| Substância | Quantidade (Kg) | |
|--------------|-----------------|--------|
| | 2009 | 2010 |
| COCAÍNA | 39,00 | 27,00 |
| CRACK | 24,00 | 22,00 |
| PASTA BASE | - | 77,00 |
| MACONHA | 241,00 | 837,00 |
| HAXIXE | - | 5,00 |
| ECSTASY (un) | - | 289 |

A Polícia Técnica-Científica, em 2010, emitiu 650 (seiscentos e cinquenta) laudos periciais, contribuindo para a formação do conjunto probatório produzido nos inquéritos policiais e processos judiciais.

- Setor Técnico-Científico:

| Documentos Técnicos | 2009 | 2010 |
|----------------------|------|------|
| Laudos Periciais | 581 | 650 |
| Informações Técnicas | 132 | 94 |

- Núcleo de Identificação

| Descrição | 2009 | 2010 |
|--------------------------------------|------|------|
| - Emissão de Folha de Antecedentes | 600 | 763 |
| - Pesquisa e Inclusão no AFIS | 480 | 839 |
| - Identificação | | |
| . Estrangeiros | 720 | 168 |
| . Criminais | 60 | 62 |
| . Porte de Arma | 24 | - |
| . Funcional | 12 | 41 |
| . Vigilantes | - | 383 |
| - Pesquisa de Antecedentes Criminais | 150 | - |
| - Perícia em Local de Crime | 36 | - |
| - Informação Técnica | 48 | 27 |

| | | |
|-------------------------------|----|----|
| - Laudo | 12 | 20 |
| - Representação Facial Humana | - | 5 |

Já no âmbito da Polícia Administrativa, podemos expor as atividades de:

- 1) Controle Migratório - atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Eis alguns dados estatísticos da Delegacia de Imigração em 2010:

- a) Serviço de Registro de Estrangeiros.

| SERVIÇO | 2009 | 2010 |
|--|------|------|
| Restabelecimento de registro | 19 | 12 |
| Carteira de Identidade de Estrangeiro - 1ª via | 197 | 186 |
| Substituição de CIE | 81 | 108 |
| Segunda via de CIE | 12 | 06 |
| Permanência | 62 | 42 |
| Naturalização | 08 | 05 |
| Prorrogação prazo de estada de temporário | 77 | 54 |

Fonte: SINPRO

- b) Serviços de Passaportes

| TIPO DE PASSAPORTE | 2009 | 2010 |
|--------------------|-------|-------|
| TOTAL | 5.753 | 8.648 |

- 2) Controle de Armas: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Dados da Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas:

| ATIVIDADE | 2009 | 2010 |
|--------------------------------------|------|-------|
| Compra de armas | 82 | 185 |
| Transferência de armas | 100 | 784 |
| Renovação de registro de armas | 400 | 3.780 |
| Porte de armas | 45 | 12 |
| Lançamento de ocorrências | 80 | 148 |
| Cadastramento de instrutores de tiro | 07 | 13 |
| Cadastramento de armeiros | 03 | - |

- 3) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Dados da Delegacia de Controle da Segurança Privada:

| ASSUNTO | MODALIDADE | 2009 | 2010 |
|---------------------------------|--|-------|------|
| Autorização de funcionamento | Segurança e vigilância patrimonial | 03 | 03 |
| | Serviços orgânicos de segurança | - | - |
| Alteração de Atos Constitutivos | Mudança de endereço e abertura de filial | 04 | 01 |
| Outros procedimentos | Revisão de autorização | 37 | * |
| | Renovação de certificado segurança | 20 | * |
| | Renovação de certificado vistoria | 40 | 60 |
| | Autos de constatação e notificação | 34 | 37 |
| | Autorizações para compra de coletes | - | 20 |
| | Encerramento de empresa irregular | 41 | 02 |
| | Vistoria de instalações de empresas | 20 | 51 |
| | Vistoria de veículos especiais | 40 | 60 |
| | Vistoria em agências bancárias | 119 | 195 |
| | Carteiras de vigilantes requeridas | 525 | 600 |
| | Certificados de vig. registrados | 1.450 | 1400 |
| | Guias de transporte de arma | 104 | 142 |
| | Armas arrecadadas | 56 | 65 |
| Munições arrecadadas | 1.382 | 291 | |

* Dados não fornecidos pela DELESP/SR/DPF/AL

- ⇒ Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A realização de ações de capacitação, via de regra, é iniciada na própria Superintendência Regional do DPF em Alagoas e, após parecer positivo de seu dirigente, é remetida, em forma de processo, à aprovação da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP/DPF), em Brasília/DF. Dessa forma, a descentralização de créditos orçamentários para o pagamento da inscrição nos eventos de capacitação depende do aval daquela Diretoria, ficando sob o encargo da Superintendência Regional o pagamento das diárias e passagens.

No ano de 2010, foram enviadas 17 solicitações de ações de capacitação, sendo que 10 foram aprovadas, 1 foi indeferida e 6 não foram analisadas pela Comissão de Gestão de Capacitação (CGC/DGP/DPF), em decorrência do esgotamento dos recursos financeiros.

É de se registrar que o prazo exigido de 45 dias e a periodicidade quinzenal das reuniões da CGC/DGP/DPF muitas vezes impossibilita a participação do servidor nas ações de capacitação, pois alguns eventos têm suas inscrições com data de início e término inferiores àquele prazo fixado pela CGC/DGP/DPF.

Ressalta-se que outras ações de capacitação não se submetem ao crivo da CGC/DGP/DPF. Tal fato se dá em decorrência de duas situações: custeio da taxa de inscrição pelo próprio servidor interessado e celebração de parcerias com instituições ou órgãos governamentais.

Existe, ainda, na estrutura da Superintendência um Telecentro. Neste são promovidas ações de capacitação em ambiente de Educação à Distância (EAD). Geralmente são ministrados cursos relacionados às áreas policial e administrativa, ofertados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ). Dessa forma, em 2010, foram matriculados e aprovados um total de 49 (quarenta e nove) servidores lotados na SR/DPF/AL, sem custo financeiro para a Unidade.

Segundo os registros do T&D – Unidade de Treinamento e Desenvolvimento dos Recursos Humanos - o número de capacitações promovidas em 2010 foi de 28 (vinte e oito) ações, totalizando a marca de 24 (vinte e quatro) servidores capacitados, sendo alguns desses em mais de uma ação de capacitação.

Comparativamente ao ano de 2009, pode-se afirmar que houve aumento das ações de capacitação, visto que naquele ano o número de capacitações promovidas foi de 5 (cinco) ações, com o total de 5 (cinco) servidores capacitados. O valor gasto evoluiu de R\$ 4.850,56 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) em 2009 para R\$ 11.380,00 (onze mil trezentos e oitenta reais) em 2010. Importante salientar que esses valores correspondem apenas às parcelas disponibilizadas para despesas com taxas de inscrição dos cursos, sem inclusão do custo de diárias e passagens.

2.3.1.3) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353

| Identificação do Programa de Governo | | | | | | |
|--|---------------------------------------|---|------------------------------|---|---|---|
| Código no PPA: 1353 | | Denominação: Modernização da Polícia Federal | | | | |
| Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais | | | | | | |
| Objetivo Geral: Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal. | | | | | | |
| Objetivos Específicos: | | | | | | |
| Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro | | | | Responsável: Amaro Vieira Ferreira | | |
| Público Alvo: Departamento de Polícia Federal | | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | | Em R\$ 1,00 |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | | | | | |
| - | - | 20.200,98 | 20.200,98 | 0,00 | 20.200,98 | |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice inicial | Índice final | | |
| 1 | Este programa não possui indicadores | - | - | - | - | - |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Não se aplica | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| Os recursos alocados para esse programa foram utilizados no aumento da barreira perimetral (muro) do prédio da Superintendência Regional em Alagoas, com o objetivo de aumentar sua segurança. | | | | | | |

Fonte: SIAFI Operacional e SIGPLAN.

2.3.1.4) Programa 1453 – PRONASCI

Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453

| Identificação do Programa de Governo | | | | | | |
|--|---|--|---|---------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Código no PPA: 1453 | | Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI | | | | |
| Tipo do Programa: Finalístico. | | | | | | |
| Objetivo Geral: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social. | | | | | | |
| Objetivos Específicos: | | | | | | |
| Gerente: não informado. | | | Responsável: Amaro Vieira Ferreira | | | |
| Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social | | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | Em R\$ | |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | | | | | |
| - | - | 8.403,00 | 8.403,00 | 0,00 | 8.403,00 | |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice inicial | Índice final | | |
| 1 | Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes) | - | - | - | - | - |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Quociente do número de homicídios e o número de indivíduos de uma determinada população. | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| O resultado foi negativo, tendo em vista que no ano de 2009 a taxa de homicídios no Estado de Alagoas foi de 63,9 por 100 mil habitantes enquanto que em 2010 houve elevação desse número para 71,3 (2.226 homicídios / 3.120.922 habitantes). | | | | | | |

Fonte: SIAFI Operacional e SIGPLAN.

⇒ Ação nº 8375 – Campanha do Desarmamento

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações. A tabela a seguir expõe a quantidade de armas arrecadadas e o montante de indenizações pagas nos anos de 2009 e 2010:

| Campanha do desarmamento | 2009 | 2010 |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| Armas entregues (unid.) | 1.621 | 117 |
| Despesa empenhada (R\$) | 105.300,00 | 5.900,00 |

⇒ Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

Nessa ação foram executadas despesas, originadas de créditos extraordinários, no total de R\$ 2.503,00 (dois mil quinhentos e três reais) para pagamento de diárias a servidor policial em missão permanente do DPF denominada “Sentinela” que tem por finalidade a repressão ao tráfico internacional de drogas nas fronteiras com países limítrofes da América do Sul.

2.3.1.5) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social
 Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087

| Identificação do Programa de Governo | | | | | | |
|---|-----------------------------------|--|--------------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Código no PPA: 087 | | Denominação: Gestão da Política de Previdência Social | | | | |
| Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais | | | | | | |
| Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável. | | | | | | |
| Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social. | | | | | | |
| Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves | | | | Responsável: Amaro Vieira Ferreira | | |
| Público Alvo: Governo | | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | | Em R\$ |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | | | | | |
| - | - | 1.034,81 | 1.034,81 | 0,00 | 1.034,81 | |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice inicial | Índice final | | |
| 1 | Não há | - | - | - | - | - |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Não se aplica. | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a diárias e passagens descentralizadas, de forma extraordinária, para utilização em viagens vinculadas a cursos e encontros solicitados pela DPREV/CGPFAZ/DIREX. | | | | | | |

Fonte: SIAFI Operacional

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ
 Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

| Função | Subfunção | Programa | Ação | Tipo da Ação | Prioridade | Unidade de Medida | Meta prevista | Meta realizada | Para 2011 |
|---------------|------------------|-----------------|--|---------------------|-------------------|--|----------------------|-----------------------|------------------|
| 06 | 122 | 0750 | 2000 – Administração da Unidade | A | 3 | Não há | NA | 2.634.816,26 | NA |
| 06 | 422 | 1453 | 8375 – Campanha do desarmamento | A | 3 | Indenização paga | NA | 5.900,00 | NA |
| 06 | 422 | 1453 | 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas | A | 3 | Não há | NA | 2.503,00 | NA |
| 06 | 128 | 0662 | 4572 – Capacitação de servidores | A | 3 | Servidor capacitado | NA | 11.380,00 | NA |
| 06 | 181 | 0662 | 2726 – Prevenção e repressão a crimes contra a União | A | 3 | Operação realizada | NA | 1.090.148,76 | NA |
| 06 | 183 | 0662 | 2720 – Ações de caráter sigiloso | A | 3 | Ação realizada | NA | 46.316,63 | NA |
| 06 | 181 | 1353 | 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do DPF | A | 3 | Unidade construída (% execução física) | NA | 20.200,98 | NA |

| | | | | | | | | | |
|----|-----|-----|--------------------------------------|---|---|--------|----|----------|----|
| 09 | 122 | 750 | 2000- Administração da Unidade | A | 3 | Não há | NA | 8.894,23 | NA |
|----|-----|-----|--------------------------------------|---|---|--------|----|----------|----|

Fonte: SIAFI gerencial – Ugs 200358 e 200359.

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Tendo em vista que a SR/DPF/AL atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

Esta Unidade Jurisdicionada não possui dotações consignadas em orçamento; seus créditos orçamentários para execução dos programas de governo são provenientes de provisões das Unidades Orçamentárias (UOs) a que está vinculada – 30108 e 30909 –, bem como de eventuais destaques de outras UOs. Por essa razão, o preenchimento dos Quadros A.2.4; A.2.5 e A.2.6 e a decorrente análise crítica constará apenas no Relatório de Gestão 2010 da UG 200336 – Departamento de Polícia Federal.

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

| <i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i> | <i>Código da UO</i> | <i>Código SIAFI da UGO</i> |
|---|---------------------|----------------------------|
| DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL | 30108 | 200019 |
| FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL | 30909 | 200337 |

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | 200019 | 30108/06/122/0750/2000 | | | 2.593.285,06 |
| | | | 30108/06/122/0750/2000 | | | 27.729,80 |
| | | | 30909/06/128/0662/4572 | | | 11.380,00 |
| | | | 30909/06/181/0662/2726 | | | 1.090.148,76 |
| | | | 30909/06/181/1353/8980 | | | 20.200,98 |
| | | | 30909/06/183/0662/2720 | | | 46.316,63 |
| | 200094 | 30101/06/422/1453/8375 | | | 5.900,00 | |
| 30101/06/422/1453/20EV | | | | 2.503,00 | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | 330002 | 33101/09/122/0750/2000 | | | 2.165,45 |
| | | | 33101/09/271/0087/8452 | | | 1.034,81 |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | 200019 | 30108/06/122/0750/2000 | 13.801,40 | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | - | - |
| | Recebidos | 330002 | 33101/09/122/0750/2000 | 5.693,97 | | |

Fonte: SIAFI

A SR/DPF/AL recebeu recursos oriundos de movimentações internas da Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF e do Ministério da Justiça e, no ano de 2010, recebeu movimentação externa do Ministério da Previdência Social, não tendo realizado concessão de nenhum crédito.

No que se refere à despesas correntes estas totalizaram R\$ 3.800.664,49 (três milhões oitocentos mil seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) no exercício de 2010, sendo este montante suficiente apenas para atender o pagamento de diárias e dos contratos já celebrados com seus fornecedores.

No lado dos investimentos foram recebidos R\$ 19.495,37 (dezenove mil quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e sete centavos), que foram utilizados na aquisição de 20 (vinte) ventiladores, 2 (duas) antenas de radiocomunicação, 19 (dezenove) extintores de incêndio, 2 (dois) aparelhos de ar condicionado tipo *split* e 25 (vinte e cinco) estantes de aço para organização do arquivo central. O recurso proveniente do Ministério da Previdência foi usado na aquisição de equipamentos de informática para a Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários: 1 (um) computador do tipo notebook, 1(uma) impressora multifuncional, 1(um) computador do tipo desktop e 1 (uma) impressora portátil.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação Valores em R\$
1,00
dos créditos recebidos por movimentação

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| Licitação | 2.050.476,21 | 1.753.675,32 | 1.861.191,85 | 1.657.798,81 |
| Convite | 10.072,84 | - | 10.070,52 | - |
| Tomada de Preços | - | - | - | - |
| Concorrência | - | - | - | - |
| Pregão | 2.040.403,37 | 1.753.675,32 | 1.851.121,33 | 1.657.798,81 |
| Concurso | - | - | - | - |
| Consulta | - | - | - | - |
| Contratações Diretas | 606.943,40 | 443.822,15 | 551.192,48 | 398.770,54 |
| Dispensa | 174.055,73 | 122.828,97 | 172.147,47 | 120.127,38 |
| Inexigibilidade | 432.887,67 | 320.993,18 | 379.045,01 | 278.643,16 |
| Regime de Execução Especial | 63.061,07 | 55.707,24 | 63.061,07 | 55.707,24 |
| Suprimento de Fundos | 63.061,07 | 55.707,24 | 63.061,07 | 55.707,24 |
| Pagamento de Pessoal¹ | 965.805,99 | 1.255.074,89 | 965.805,99 | 1.255.074,89 |
| Pagamento em Folha | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diárias | 965.805,99 | 1.255.074,89 | 965.805,99 | 1.255.074,89 |
| Outras | 540.459,90 | 285.260,30 | 474.525,85 | 284.815,98 |

Fonte: SIAFI Operacional – UGs 200358 e 200359.

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| 1 – Despesas de Pessoal | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3- Outras Despesas Correntes | 3.694.176,33 | 3.780.463,51 | 3.350.408,91 | 3.780.463,51 | 353.467,42 | 141.372,44 | 3.326.718,49 | 3.572.176,09 |
| 33.90.14 – Diárias Pessoal civil | 965.805,99 | 1.255.074,89 | 965.805,99 | 1.255.074,89 | 0,00 | 0,00 | 965.805,99 | 1.255.074,89 |

| | | | | | | | | |
|---|--------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| 33.90.37 – Locação de mão de obra | 721.480,07 | 888.387,76 | 663.609,98 | 888.387,76 | 57.870,09 | 66.914,98 | 639.919,56 | 821.472,78 |
| 33.90.39 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica | 883.698,72 | 683.547,95 | 788.237,69 | 683.547,95 | 95.461,03 | 49.945,27 | 788.237,69 | 633.602,68 |
| Demais elementos do grupo | 1.123.191,55 | 953.452,91 | 932.755,25 | 953.452,91 | 200.136,30 | 24.512,19 | 932.755,25 | 862.025,74 |

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|-------------------|-----------|-------------------|-----------|--------------------|------|---------------|-----------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| 4 - Investimentos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 44.90.51- Obras e Instalações | - | 20.200,98 | - | 20.200,98 | - | - | - | 20.200,98 |
| 44.90.52 - equipamentos e material permanente | 75.950,00 | 19.495,37 | 14.860,00 | 19.495,37 | 61.090,00 | 0,00 | 14.860,00 | 19.495,37 |
| 5 - Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6 - Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI

A Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF descentralizou os recursos orçamentários para esta UG conforme cotas estabelecidas pela Portaria nº 761/2009 – DG/DPF, de 30/12/2009, que aprovou, no âmbito do DPF, os valores globais para o exercício de 2010 das dotações orçamentárias, a saber:

200048 SUPERINTENDÊNCIA REG. DEP. POLÍCIA FEDERAL – AL

| UG | PI | ND | VALOR R\$ |
|---------------------------|---------------------------|--|---------------------|
| 200358 | 702T-10 | 339014 DIARIAS – PESSOAL CIVIL | 150.000,00 |
| | | 339030 MATERIAL DE CONSUMO | 400.000,00 |
| | | 339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | 270.000,00 |
| | | 339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA | 130.000,00 |
| | | 339037 LOCAO DE MAO-DE-OBRA | 990.000,00 |
| | | 339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA | 900.000,00 |
| | 702INF-10 | 33903017 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 50.000,00 |
| | | 33903928 SUPORTE A USUÁRIOS DE T.I. | 170.000,00 |
| subtotal – Tesouro | | | 3.060.000,00 |
| 200359 | 363F-10 | 339014 DIARIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Operacionais) | 1.030.000,00 |
| | 351F-10 | 339014 DIARIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Sigilosas) | 20.000,00 |
| | subtotal – Funapol | | |
| Total | | | 4.110.000,00 |

Em 2010 a SR/DPF/AL para a consecução de suas atividades despendeu o montante financeiro de R\$ 3.820.159,86, sendo que 99,49% referiu-se a despesa de custeio e apenas 0,51% foi aplicado em materiais permanentes. O total gasto em 2010 foi um pouco superior ao gasto de 2009, porém nota-se uma maior eficiência quando analisamos os seguintes aspectos:

- a) Contratação de serviços de mão-de-obra terceirizada imprescindíveis à manutenção predial e atendimento ao público que não existiam em 2009;
- b) Economia de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na rubrica “Serviço de Pessoa Jurídica” que engloba a prestação de serviços de telefonia, energia elétrica, água e esgoto, combustível, dentre outros.

As contratações foram levadas a efeito, em sua maioria, mediante utilização procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico.

Em relação ao valor de diárias o acréscimo ocorreu em virtude da permanência de policiais desta Unidade no cumprimento de operações permanentes do DPF que despenderam algo em torno de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), além da manutenção de um grande contingente de policiais para a Operação Eleições 2010 nesta Superintendência Regional.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinidades de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

| Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores | | | | | Valores em R\$ 1,00 |
|---|--------------------------|---------------------------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------|
| <i>Restos a Pagar Processados</i> | | | | | |
| <i>Ano de Inscrição</i> | <i>Montante Inscrito</i> | <i>Cancelamentos acumulados</i> | <i>Pagamentos acumulados</i> | <i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i> | |
| 2009 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 2008 | 49.072,21 | (0,10) | 49.072,11 | 0,00 | |
| <i>Restos a Pagar não Processados</i> | | | | | |
| <i>Ano de Inscrição</i> | <i>Montante Inscrito</i> | <i>Cancelamentos acumulados</i> | <i>Pagamentos acumulados</i> | <i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i> | |
| 2009 | 414.557,32 | (33.271,38) | 381.286,04 | 0,00 | |
| 2008 | 256.242,99 | (21.153,83) | 234.989,16 | 0,00 | |
| Observações: | | | | | |

Fonte: SIAFI

4.2) Análise Crítica

No que se refere aos restos a pagar verifica-se que esta UJ não manteve inscrição superior a um exercício financeiro. O total de inscrição foi pago ou cancelado no exercício de 2010, não restando saldo na conta de restos a pagar provenientes de anos anteriores.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos em 2010 | Egressos em 2010 |
|---|------------|------------|-------------------|------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1 Provimento de cargo efetivo | | | | |
| 1.1 Membros de poder e agentes políticos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2 Servidores de Carreira | | | | |
| 1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão | 0 | 143 | 10 | 17 |
| 1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3 Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.4 Servidores Cedidos ou em Licença | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 1.4.1 Cedidos | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 1.4.2 Removidos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.4.3 Licença remunerada | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.4.4 Licença não remunerada | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2 Provimento de cargo em comissão | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.1 Cargos Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior | 0 | 04 | | |
| 2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão | 04 | 04 | 1 | 0 |
| 2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2.4 Sem vínculo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2.5 Aposentado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3 Funções gratificadas | | | | |
| 2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão | 20 | 20 | 0 | 0 |
| 2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3 Total | 24 | 168 | 11 | 17 |

Fonte: SIAPE – Relatório de pagamento dos servidores ativos – dezembro/2010

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

| Tipologias do Cargo | Faixa Etária (anos) | | | | |
|--|---------------------|------------|------------|------------|-------------|
| | Até 30 | De 31 a 40 | De 41 a 50 | De 51 a 60 | Acima de 60 |
| 1.Provimento de cargo efetivo | | | | | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 04 | 44 | 40 | 53 | 02 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.4. Servidores Cedidos ou em Licença | 0 | 0 | 0 | 01 | 0 |
| 2.Provimento de cargo em comissão | | | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 01 | 03 | 0 | 0 |
| 2.3. Funções gratificadas | 03 | 10 | 04 | 03 | 0 |

Fonte: SIAPE – Relação de pagamento dos servidores ativos – dezembro/2010

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

| Tipologias do Cargo | Nível de Escolaridade | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|---|---|---|----|----|----|---|---|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 1. Provimento de cargo efetivo | | | | | | | | | | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 0 | 0 | 0 | 0 | 59 | 73 | 10 | 1 | 0 | 0 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.4. Servidores Cedidos ou em Licença | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Provimento de cargo em comissão | | | | | | | | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 03 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3. Funções gratificadas | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 17 | 1 | 0 | 0 | 0 |

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Assentamentos funcionais dos servidores e SIAPE

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

| Regime de proventos / Regime de aposentadoria | Quantitativo de Servidores | Aposentadorias em 2010 |
|---|----------------------------|------------------------|
| 1 Integral | | |
| 1.1 Voluntária | 62 | 04 |
| 1.2 Compulsório | 00 | 0 |
| 1.3 Invalidez Permanente | 11 | 0 |
| 1.4 Outras | 0 | 0 |
| 2 Proporcional | | |
| 2.1 Voluntária | 04 | 0 |
| 2.2 Compulsório | 01 | 0 |
| 2.3 Invalidez Permanente | 04 | 0 |
| 2.4 Outras | 0 | 0 |

Fonte: SIAPE – Relação de pagamentos dos servidores aposentados e pensionistas

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

| Regime de proventos originário do servidor | Quantitativo de Beneficiários | Pensões concedidas em 2010 |
|--|-------------------------------|----------------------------|
| 1. Integral | 18 | 0 |
| 2. Proporcional | 0 | 0 |

Fonte: SIAPE

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00) |
|-----------------------|---|--------------|--------------|--------------|---|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| Nível superior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| □ Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| □ Área Meio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| Nível Médio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| □ Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| □ Área Meio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |

Fonte: SIAPE

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. *Valores em R\$ 1,00*

| Tipologias / Exercícios | Vencimentos e vantagens fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Total |
|--|-------------------------------|--------------------|---------------|------------|--------------|--|---------------------------|---------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e previdenciários | Demais despesas variáveis | |
| Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | |
| 2008 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2009 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2010 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão | | | | | | | | |
| 2008 | 14.341.185,53 | 0,00 | 3.295.569,23 | 566.248,12 | 28.9648,2 | 323.225,23 | 196.528,89 | 19.012.405,20 |
| 2009 | 15.750.016,97 | 0,00 | 2.785.979,12 | 639.562,51 | 248.755,78 | 365.119,88 | 76.080,77 | 19.865.515,03 |
| 2010 | 16.129.283,21 | 0,00 | 2.768.636,23 | 572.969,06 | 551.116,06 | 478.486,03 | 80.894,49 | 20.585.033,08 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | |
| 2008 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2009 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2010 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Servidores Cedidos com ônus ou em Licença | | | | | | | | |
| 2008 | 119.044,03 | 0,00 | 17.006,29 | 0,00 | 882,00 | 0,00 | 592,56 | 136.642,88 |
| 2009 | 231.502,89 | 0,00 | 39.399,64 | 13.133,20 | 1.512,00 | 0,00 | 124,36 | 284.160,09 |
| 2010 | 236.397,84 | 0,00 | 29.549,73 | 6.566,60 | 3.648,00 | 1.808,00 | 1.444,64 | 275.766,81 |
| Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | |
| 2008 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2009 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2010 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | |
| 2008 | 842.771,83 | 69.646,47 | 123.467,78 | 21.326,25 | 5.796,00 | 10.218,79 | 0,00 | 1.067.431,12 |
| 2009 | 918.023,58 | 70.372,75 | 132.379,31 | 40.652,58 | 9.922,00 | 8.517,16 | 0,00 | 1.169.945,38 |
| 2010 | 919.174,32 | 73.532,80 | 114.873,14 | 21.509,66 | 18.466,00 | 19.377,70 | 2.808,41 | 1.131.766,37 |
| Servidores ocupantes de Funções gratificadas | | | | | | | | |
| 2008 | 2.753.914,62 | 60.237,30 | 424.139,42 | 85.304,28 | 32.632,21 | 32.165,56 | 7.482,43 | 3.395.875,82 |
| 2009 | 2.901.142,01 | 59.599,23 | 421.820,64 | 97.029,16 | 33.504,25 | 48.231,73 | 3.589,96 | 3.564.916,98 |
| 2010 | 3.262.781,28 | 61.746,99 | 469.898,83 | 104.751,95 | 75.665,20 | 73.329,65 | 7.247,05 | 4.055.420,95 |

Fonte: SIAPE

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|---------------------------|--|---|--------------------------|---|----|---|----|---|---|------|
| Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 200048 | | | | | | CNPJ: 00.394.494/0020-07 | | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2009 | L | O | 06/2009 | PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA 09.198.704/0001-95 | 31/08/2010 | 30/08/2011 | | 10 | | 4 | | | P |
| 2009 | L | O | 08/2009 | PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA 09.198.704/0001-95 | 18/09/2010 | 17/09/2011 | | 1 | | | | | P |
| 2005 | V | O | 08/2005 | OPÇÃO VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA 01.873.815/0001-48 | 01/01/2010 | 31/10/2010 | | | | 16 | | | P |
| 2010 | V | O | 10/2010 | OPÇÃO VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA 01.873.815/0001-48 | 01/11/2010 | 31/10/2010 | | | | 18 | | | A |
| Observação: | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |
| Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Setor de Logística Policial – SELOG/SR/DPF/A

Quadro A.5.9- Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|---------------------------|---|---|------------|---|---|---|---|---|---|------|
| Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 200048 | | | | CNPJ: 00.394.494/0020-07 | | | | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2009 | 3 | O | 09/2009 | ESUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA 63.363.725/0001-64 | 21/09/2010 | 20/09/2011 | | | | 1 | | | P |
| 2010 | 6 | O | 08/2010 | SKYSERV LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA 04.271.959/0001-12 | 09/08/2010 | 09/08/2011 | | | 7 | | | 1 | A |
| 2010 | 2 | O | 11/2010 | REFRIMAN LTDA 02.681.698/0001-83 | 13/09/2010 | 13/09/2011 | 1 | | 1 | | 1 | | A |
| 2010 | 2 | O | 13/2010 | PESOL SERVIÇOS LTDA. 10.569. 615/0001-97 | 01/12/2010 | 01/12/2011 | 1 | | 2 | | 1 | | A |

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Setor de Logística Policial – SELOG/SR/DPF/AL

Quadro A.5.10 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão-de-obra

| Identificação do Contrato | Área | Qtd. | Unidade Administrativa |
|----------------------------------|-------------|-------------|---|
| 06/2009 | L | 14 | Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas |
| 08/2009 | L | 01 | Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas |
| 08/2005 | V | 16 | Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas |
| 10/2010 | V | 18 | Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas |
| 09/2009 | 3 | 01 | Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas |
| 08/2010 | 6 | 08 | Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas |
| 11/2010 | 2 | 03 | Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas |
| 13/2010 | 2 | 04 | Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas |

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: Setor de Logística Policial – SELOG/SR/DPF/AL

5.6) Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Tendo em vista que esta UJ é uma unidade descentralizada e não possuiu autonomia administrativa para a definição de políticas de recursos humanos, a competência para a definição dos Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos é da Diretoria de Gestão de Pessoal, órgão central de recursos humanos do DPF, em Brasília.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

| <i>Aspectos do sistema de controle interno</i> | <i>Avaliação</i> | | | | |
|--|------------------|----------|----------|----------|----------|
| | <i>1</i> | <i>2</i> | <i>3</i> | <i>4</i> | <i>5</i> |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| <i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i> | | x | | | |
| <i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i> | | | | x | |
| <i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i> | | | x | | |
| <i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i> | | x | | | |
| <i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i> | | x | | | |
| <i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i> | | x | | | |
| <i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i> | | x | | | |
| <i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i> | | | | x | |
| <i>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i> | | | | x | |
| Avaliação de Risco | | | | | |
| <i>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i> | | x | | | |
| <i>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i> | | x | | | |
| <i>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i> | | x | | | |
| <i>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i> | | x | | | |
| <i>14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</i> | | x | | | |
| <i>15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em</i> | | x | | | |

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| <i>uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</i> | | | | | |
| 16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | x | | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | x |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | x |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | x | | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | x | | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | | x |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | x | | | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | x | | | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | x | | | |
| 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | x | | | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | x | | | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | x | | | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | x | | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | x | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | x | |
| Considerações gerais: | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | x | | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | Experimentalmente foi utilizado em única aquisição de bens de | | | | |

| | | | | | |
|---|---------------------------|--|---|---|---|
| | | | | | informática, buscou-se utilizar as especificações constantes na Portaria 02-SLTI/MPOG/2010. |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | X | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | X | | | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | X | | | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | texto | | | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | X | | | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | texto | | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | | | | X | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | Papel reciclado | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | | x | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | texto | | | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | x | | | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | texto | | | | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | x | | | | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | x | | | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | x |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | x | | | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | texto | | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | | | x | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | Intranet/memorando | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|------------------------|---------------|---|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2009 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | UF AL | 02 | 02 |
| | <i>Maceió</i> | 02 | 02 |
| Total Brasil | | 02 | 02 |

Fonte: SPIUNET

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa com Manutenção no exercício | |
|--------------|-----------------|-------------------------------|-----------------------|-----------------|-------------------|------------------|-------------------------------------|-------------|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Imóvel | Instalações |
| 200358 | 278500257500-5 | Entrega – Adm. Federal Direta | bom | N/D | 31/07/2000 | 300.032,87 | 0,00 | 0,00 |
| 200358 | 278500237.500-6 | Entrega – Adm. Federal Direta | bom | N/D | 31/07/2000 | 400.227,60 | R\$ 20.200,98 | 0,00 |
| Total | | | | | | | R\$ 20.200,98 | 0,00 |

Fonte: SPIUNET

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

O prédio sede da Superintendência Regional do DPF em Alagoas, apesar das incessantes tentativas junto à Secretaria Municipal de Finanças de Maceió/AL, encontra-se desprovido de “habite-se”. Tal fato é resultante de uma dívida tributária que está sendo discutida no âmbito administrativo da referida Secretaria.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
 10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
 Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

| Quesitos a serem avaliados | Avaliação | | | | |
|--|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Planejamento | | | | | |
| 1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. | | | | x | |
| 2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. | | | x | | |
| 3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ. | | | x | | |
| Recursos Humanos de TI | | | | | |
| 4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. | Não há | | | | |
| 5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. | x | | | | |
| Segurança da Informação | | | | | |
| 6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. | | | | | x |
| 7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. | | | | | x |
| Desenvolvimento e Produção de Sistemas | | | | | |
| 8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ. | | | x | | |
| 9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida. | | | x | | |
| 10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes. | | | x | | |
| 11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço. | | | x | | |
| Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI | | | | | |
| 12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. | Não há | | | | |
| 12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI. | | | | x | |
| 13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. | | x | | | |
| 14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? | | | x | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ. | | | | | |

12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO
 12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.

ANEXOS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

| DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS | | | |
|---|-------------------------------|-----------------|------------|
| DECLARAÇÃO | | | |
| Denominação completa (UJ) | | Código da UGs: | |
| Superintendência Regional de Polícia Federal de Alagoas | | 200358 e 200359 | |
| <p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional de Polícia Federal de Alagoas estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Maceió/AL | Data | 29/03/2011 |
| Responsável | Dorival José dos Santos Silva | Matrícula nº | 12012 |

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº
107/2010

**MINISTÉRIO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS
SETOR DE RECURSOS HUMANOS**

DECLARAÇÃO

Declaro, para em cumprimento ao previsto no art. 4º da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes no Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia Federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativa ao exercício 2010, ano base 2009, na forma da Lei nº 8.730/93.

Maceió/AL, 30 de março de 2011.



LIDIANE DA CRUZ BARROS
Chefe do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/AL

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Valores em R\$ 1,00

| Unidade Gestora: 200359 | | | Limite de Utilização da UG | | | |
|--------------------------------|---------------------------------------|------------------|----------------------------|----------|-----------|------------------|
| SF Siafi ¹ | Portador | CPF | Limite Individual | Valor | | Total |
| | | | | Saque | Fatura | |
| PV 01/10 | EMERSON CLEMENTE DOS SANTOS | 023.702.454-33 | 8.000,00 | 400,00 | 5214,15 | 5.614,15 |
| PV 14/10 | EMERSON CLEMENTE DOS SANTOS | 023.702.454-33 | 5.000,00 | 300,00 | 3.282,10 | 3.582,10 |
| PV 24/10 | EMERSON CLEMENTE DOS SANTOS | 023.702.454-33 | 6.000,00 | 910,00 | 2.095,13 | 3.005,13 |
| PV 02/10 | GUILHERME OLIVEIRA CARDOSO | 035.010.876-59 | 5.000,00 | 963,00 | 1.164,07 | 2.127,07 |
| PV 03/10 | GETULIO FERREIRA DA SILVA | 085.586.804-00 | 5.000,00 | 1.000,00 | 2.429,14 | 3.429,14 |
| PV 15/10 | GETULIO FERREIRA DA SILVA | 085.586.804-00 | 5.000,00 | 1.250,00 | 2.227,00 | 3.477,00 |
| PV 04/10 | WALTER LEITE DE OLIVEIRA | 239.440.054-49 | 5.000,00 | 1.196,00 | 1.999,94 | 3.195,94 |
| PV 13/10 | DANIELLE GUEDES SOUZA | 030.650.784-65 | 1.600,00 | 240,00 | 537,42 | 777,42 |
| PV 21/10 | JOSÉ BARBOSA PERDIGÃO FILHO | 129.413.364-00 | 4.500,00 | 480,00 | 1.618,05 | 2.098,05 |
| REE 23/10 | RODRIGO CANUTO MACHADO | 022.741.434-98 | 7.000,00 | --- | --- | 1.616,50 |
| VS 06/10 | NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL (NIP) | CARÁTER SIGILOSO | 30.000,00 | --- | --- | 4.044,50 |
| VS 16/10 | NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL (NIP) | CARÁTER SIGILOSO | 30.000,00 | --- | --- | 9.448,70 |
| VS 22/10 | NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL (NIP) | CARÁTER SIGILOSO | 18.000,00 | --- | --- | 12.891,24 |
| Sub-Total utilizado pela UG | | | | 6.739,00 | 20.567,00 | 55.306,94 |
| Total utilizado pela UG | | | | | | 55.306,94 |
| Total utilizado pela UJ | | | | | | 55.306,94 |

¹PV: Pequeno Vulto

REE: Regime Especial de Execução – sem caráter sigiloso

VS: Regime Especial de Execução – com caráter sigiloso

Por razões operacionais não foi possível extrair os valores referentes aos REE tipo A e tipo B no tocante aos saques e faturas, mas tão somente o valor total de ambos.

IV - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | |
|---|----------------------------|
| DECLARAÇÃO COM RESSALVA | |
| Denominação Completa (UJ): | Código da UG: |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE AL - SR/DPF/AL | 200358 - 200359 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | |
| Brasília/DF | Data: 09/03/2011 |
| Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES | CRC nº DF-12534/O-8 |

V - INFORMAÇÕES REFERENTE AO ITEM 1 ANEXO II DA DN TCU Nº 110/2010

NÃO SE APLICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS

INFORMAÇÃO

Informamos que não houve no ano de 2010 nenhum procedimento iniciado ou findo que versasse sobre fraudes ou corrupção no âmbito desta SR/DPF/AL.

Com relação a procedimentos instaurados para apuração sobre dano ao erário foram instaurados os Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância Por Comissão abaixo discriminados:

| PAD Nº: | SITUAÇÃO: |
|----------------|--|
| 04 | ARQUIVADO. O Servidor ressarciu a União o valor de R\$ 1.323,00 (um mil, trezentos e vinte e três reais). |
| 05 | PUNIDO com três dias de suspensão e reparou os danos sofridos pela viatura. |
| 06 | EM ANDAMENTO. |
| 07 | ARQUIVADO. Um Servidor ressarciu a União o valor de R\$ 760,50 (setecentos e sessenta reais e cinquenta centavos) e o outro Servidor ressarciu o valor de R\$ 775,12 (setecentos e setenta e cinco reais e doze centavos). |
| 08 | EM ANDAMENTO. |

| SINDICÂNCIA POR COMISSÃO | SITUAÇÃO |
|---------------------------------|--|
| 01 | RECONHECIDA a responsabilidade funcional do servidor, deixando de ser aplicada a penalidade de advertência ao servidor acusado, por haver sido alcançado pelo instituto da prescrição. |

Informamos, ainda, a inexistência de procedimentos de Tomadas de Contas Especial que tenham tramitado no âmbito da Corregedoria Regional de Polícia Federal em 2010.

CLÁUDIO PIRES MARTINS
Delegado de Polícia Federal
Corregedor Regional de Polícia

VII - INFORMAÇÕES REFERENTE AO ITEM 8 ANEXO II DA DN TCU Nº 110/2010

NÃO SE APLICA

AMARO VIEIRA FERREIRA
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat. 2.978
Superintendente Regional em Alagoas